

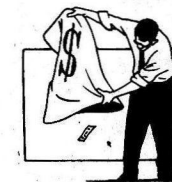
FINANÇAS PÚBLICAS

Malan cria grupo para negociar com Estados

Equipe vai cuidar da negociação técnica para aliviar trabalho de secretário-executivo

MÔNICA IZAGUIRRE
e VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá assinar nos próximos dias portaria criando um grupo especial de trabalho para conduzir, em nível técnico, as negociações do governo federal em torno do saneamento dos bancos estaduais e das dívidas dos Estados e municípios. Segundo informou um integrante da equipe, o ministro tende a optar por uma solução doméstica e escolher como coordenador do grupo o economista Alberto Pais, um dos principais assessores do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.



A função de Pais e do grupo de trabalho será a de aliviar a pauta de assuntos tratados por Parente. O secretário-executivo continuará o principal negociador do Planalto com os governos estaduais e municipais, no que se refere ao ajuste fiscal. Mas só entrará em cena quando as soluções caso a caso estiverem tecnicamente definidas, prontas para a palavra final do Ministério da Fazenda e dos governadores ou prefeitos.

O grupo seria composto também por representantes do Banco Central, entre eles o diretor de Normas, Alkimar Moura. Originário dos quadros do BC, tendo sido delegado do banco no Rio, Pais atua na secretaria-executiva como assessor para assuntos relacionados a bancos federais. É por ele, por exemplo, que passam as discussões sobre o futuro do Banco Meridional, instituição da qual é presidente do conselho de administração.

Recusa — O secretário da Fazenda de Minas e ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, João Heraldo Mello, chegou a ser chamado para assumir a negociação com os Estados e municípios. Como Heraldo não aceitou, Malan decidiu escolher alguém da equipe. Segundo a fonte, o nome de Pais já teria a concordância do presidente do BC, Gustavo Loyola.

No mês passado, o governo editou uma medida provisória estabelecendo que os Estados poderão receber ajuda financeira do Tesouro Nacional ou do Banco Central para o saneamento dos bancos, especialmente se o objetivo final for a privatização. A aplicação da MP, porém, exigirá uma negociação caso a caso. Além disto, os governadores pressionam para que o Planalto aceite renegociar as dívidas dos Estados com a União. Os dois assuntos serão estudados em conjunto pelo novo grupo de trabalho.